

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem saída (Editorial) 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fundão de R\$ 5 bi aumenta gargalo para fiscalização de contas pela Justiça Eleitoral
..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita amplia isenção de Imposto de Renda na venda de imóvel 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sites asiáticos já atraem 2/3 dos brasileiros que fazem compras online 7

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SEGURIDADE SOCIAL

Remuneração de gestores da Petrobras dobra em 2021 10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores pressionam a União por reajuste 11

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SEGURIDADE SOCIAL

Muito se fala em home office, mas minoria dá flexibilidade 12

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Conta gov.br: como aumentar o nível para prata ou ouro 13

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Pressão por reajuste para servidor fura teto e desrespeita sociedade (Editorial) 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Exportação de commodities e juros garantem recuperação dos ativos. Até quando? (Artigo)
..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Conflito também traz oportunidades para o Brasil 17

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

E agora, Brasil?: País sofre com a alta de alimentos e petróleo, mas exportação e investimentos podem crescer
..... 18

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e liberação de armas vão ser debatidas nesta semana 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gás já consome 22% do orçamento de serviços básicos dos mais pobres	22
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O que a indústria espera do Congresso (Editorial)	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Corte de imposto contra inflação (Editorial)	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Desestatização da Eletrobras deixa precatórios de fora na 1ª fase	30
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO ECONOMIA	
Sinais de otimismo e o contraste no trabalho (Editorial)	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA	
Entretenimento será dominante na eleição, diz pesquisador	32
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
O desemprego como legado (Editorial)	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
O perigoso otimismo dos mercados financeiros (Artigo)	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
81% dos desempregados há mais de 2 anos são das classes D e E	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Na contramão da renda fixa, multimercados perdem R\$ 42 bi	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Clima pode ser obstáculo para o PIB"	42
O GLOBO - RJ - ESPECIAL ECONOMIA	
Inflação, no Brasil e no mundo, é o efeito imediato	44
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Greve no BC traz risco de "apagão de dados"	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Pressões devem levar IPCA a 7,2% este ano, prevê Braz	46

Sem saída (Editorial)

Termina nesta segunda (4) o prazo legal de seis meses antes da eleição para que o governo defina um eventual reajuste real para o funcionalismo. Trata-se de discussão que só está em pauta porque Jair Bolsonaro (PL) criou um problema para sua própria gestão.

O mandatário atuou outra vez como sindicalista para aprovar a previsão, no Orçamento deste ano, de R\$ 1,7 bilhão para um aumento despropositado das remunerações de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Departamento Penitenciário Nacional. Como seria de prever, a benesse mobilizou as demais categorias do serviço público.

Para um Estado largamente deficitário e um país em prostração econômica, transferir mais renda a corporações que pertencem à elite da sociedade não é uma escolha razoável. Agora, a insatisfação semeada entre os profissionais ameaça a administração e seus serviços.

Os funcionários do Banco Central entraram em greve por tempo indeterminado na sexta (1º). A paralisação poderá interromper parcialmente o Pix e a distribuição de moedas e cédulas, além de suspender, parcial ou totalmente, a divulgação de taxas financeiras e da pesquisa Focus, que consolida projeções do mercado.

Poderá afetar ainda a manutenção do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e da mesa de operações do mercado aberto.

Em outra frente, auditores da **Receita Federal** pleiteiam para já a regulamentação de um bônus por produtividade negociado em 2016 e até agora não implementado. Na mesma sexta, avisaram que, se a demanda não for atendida, a mobilização será intensificada.

Auditores são responsáveis por vistorias em aeroportos internacionais e demais alfândegas do país. Seu movimento pode comprometer não apenas o trânsito de viajantes mas sobretudo o fluxo de cargas em portos e rodovias, incluindo produtos agropecuários.

O Ministério da Economia avalia um remendo para tentar acalmar o funcionalismo, considerando que a Lei Eleitoral permite a qualquer momento a mera recomposição de perdas com a **inflação** do ano.

Dado que a variação dos preços ao consumidor neste

2022 deve ficar entre 6% e 7%, técnicos do governo trabalham com a possibilidade de conceder aos servidores um reajuste linear de 5%.

Nessa hipótese haveria a cumprir exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe elevar despesas permanentes com pessoal seis meses antes do fim do mandato, ou seja, a partir de julho. O governo ganharia, assim, mais alguns meses para uma decisão.

Entre prejudicar as contas públicas e descontentar as corporações do Estado, o governo Bolsonaro deverá conseguir as duas coisas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49870&anchor=6453385&pd=4e5209d2c8ce9c871353515c76ed6a4d>

Fundão de R\$ 5 bi aumenta gargalo para fiscalização de contas pela Justiça Eleitoral



Matheus Teixeira

A Justiça Eleitoral terá o desafio de fiscalizar o uso de R\$ 5 bilhões de verba pública destinada à campanha de 2022 com estrutura similar à de quatro anos atrás, quando o fundo eleitoral era de R\$ 1,7 bilhão.

A análise da prestação de contas dos partidos e candidatos é um gargalo histórico tanto de tribunais regionais eleitorais quanto do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que às vezes leva mais de cinco anos para finalizar um procedimento desta natureza.

Agora, como o dinheiro envolvido nas campanhas eleitorais é ainda maior, há o temor de que esse cenário piore.

As cortes têm obrigação de apreciar as contas dos políticos eleitos antes da posse no mandato. Para as demais campanhas, no entanto, geralmente não se dá prioridade.

A prestação de contas das eleições de 2014 dos candidatos a presidente Marina Silva (Rede) e Aécio Neves (PSDB), por exemplo, só foram aprovadas em 2019, quando o mandato de Dilma Rousseff (PT), que venceu aquele pleito, já havia terminado. Nos tribunais estaduais, a morosidade para a análise é similar.

Além da demora, a Justiça Eleitoral também é alvo de críticas históricas sobre a falta de rigor na verificação

que é feita nas contas. O TSE aprovou, por exemplo, diversas contas partidárias e de candidatos em que mais tarde foram identificadas, principalmente pela operação Lava Jato, diversas irregularidades, como casos de caixa dois.

Para dar vencimento da demanda prevista para este ano, o TSE avalia a possibilidade de recriar o Núcleo de Inteligência da Justiça Eleitoral, que foi adotado nas últimas três eleições e é formado por cinco órgãos: **Receita Federal**, Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), Ministério Público Eleitoral, Polícia Federal e o próprio tribunal. A parceria entre os órgãos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, permite o cruzamento de dados que facilita a identificação de irregularidades.

Questionado pela reportagem, o Tribunal Superior Eleitoral também afirmou que contratou, em 2019, dez novos funcionários para a área de verificação das prestações de contas a fim de reforçar a equipe do setor.

A área técnica do tribunal é responsável por opinar sobre as contas analisadas, mas a decisão sobre eventual punição a candidatos ou partidos é do plenário da corte, composto por sete ministros.

"Após o batimento das informações de relatórios de gastos, extratos bancários, notas fiscais eletrônicas, recibos de doação, cheques e demais documentos, os técnicos elaboram um parecer conclusivo, que, somado ao parecer do Ministério Público Eleitoral, pode servir de fundamento para a decisão do ministro-relator", diz o tribunal.

Ao Tribunal Superior Eleitoral, cabe receber a prestação de contas dos candidatos a presidente e também analisar os repasses dos diretórios nacionais dos partidos aos comandos estaduais da legenda.

Ainda não está definido qual será o teto de gastos dos candidatos ao Palácio do Planalto. No último pleito, o montante ficou em R\$ 70 milhões.

Já os tribunais regionais eleitorais ficam responsáveis por verificar as movimentações financeiras dos concorrentes a deputado estadual e deputado federal, senador e governador.

Nesse caso, os candidatos que ficarem insatisfeitos com uma decisão da corte local podem recorrer ao TSE, o que ajuda a aumentar a fila de procedimentos desta natureza que a corte superior precisa analisar.

O Judiciário pode aprovar as contas plenamente ou com ressalvas e também pode desaprovar as contas, além de determinar o pagamento de multa. Em 2018, por exemplo, o TSE aprovou as contas do então recém-eleito presidente, Jair Bolsonaro (PL), com ressalvas.

Na ocasião, a área técnica da corte identificou irregularidades em movimentações financeiras da campanha. No entanto, os ministros afirmaram que as inconsistências não foram suficientes para desaprovar as contas.

O ex-ministro do TSE e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral, Marcelo Ribeiro, afirma que o tribunal tem evoluído e que na década de 1990 a fiscalização era ainda mais precária. Desde 2005, segundo ele, a corte passou a dar mais importância para o tema.

Apesar disso, ele afirma que esta é uma área que o tribunal enfrenta muita dificuldade.

"O exame antigamente era muito superficial e era mais demorado. Está cada vez melhorando mais, mas ao mesmo tempo a função fica mais complexa e a verba mais volumosa. Fica difícil manter as prestações rigorosamente em dia", avalia.

Ribeiro diz acreditar que só com um contingente de pessoal muito maior seria possível resolver esse gargalo da Justiça Eleitoral. "O tribunal está muito empenhado em analisar as contas da maneira mais rápida possível, mas é muito difícil, são milhares e milhares de contas. Teria que haver um número de funcionários muito grande para vencer tudo isso numa rapidez maior, que é o desejável", afirma.

O ex-ministro do TSE Henrique Neves também chama a atenção para o fato de a prestação de contas ter se tomado ainda mais importante após a proibição do financiamento empresarial das campanhas, em 2015, e a criação do Fundo Eleitoral, em 2017. "Quanto maior o volume de recursos públicos utilizados, maior a responsabilidade de verificar sua boa aplicação", diz.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49870&anchor=6453385&pd=4e5209d2c8ce9c871353515c76ed6a4d>

Receita amplia isenção de Imposto de Renda na venda de imóvel

LORENNA RODRIGUES

Quem vende um imóvel passou a ter mais uma alternativa para ficar livre do Imposto de Renda sobre o que lucrou com o negócio.

Sem alarde, a **Receita Federal** publicou norma que autoriza a isenção do tributo para quem utilizar os recursos dessa venda para quitar, total ou parcialmente, financiamentos imobiliários contratados anteriormente. Para ter direito ao benefício, a quitação deve ser feita em até seis meses após a venda do primeiro imóvel.

Em regra, quem vende um imóvel paga alíquota de 15% a 22% sobre o ganho de capital, ou seja, a diferença entre o que pagou e quanto recebeu pela venda da casa ou apartamento.

Em 2005, para estimular a construção civil e o setor imobiliário, o governo isentou do IR sobre ganho de capital quem usasse o dinheiro, em até seis meses, para comprar um novo imóvel.

A Receita, porém, exigia que o novo contrato fosse firmado só depois da venda do primeiro imóvel para conceder o benefício.

Isso levou muitos contribuintes a procurarem a Justiça para não pagar o tributo na quitação de um imóvel financiado anteriormente - pedidos que vinham sendo atendidos por juízes.

"A maioria das pessoas, quando vende um imóvel, é para comprar outro para morar. Dificilmente, alguém vende a casa antes de comprar outra, porque não quer ficar sem ter onde morar", explica o advogado Luca Salvioni, sócio da área tributária do Cascione Advogados.

Além de beneficiar pessoas físicas, a mudança pode ajudar a aquecer o mercado imobiliário.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, afirmou que a medida é "extremamente positiva" e tende a auxiliar no impulso da recuperação do setor. "O governo abre a possibilidade para usar o ganho de capital de outras formas." Por outro lado, ele tem preocupação com o descasamento da capacidade de compra das famílias

com o preço de venda dos imóveis, tendo em vista que a **inflação** do setor foi superior à **inflação** geral.

Já a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) diz que a medida é benéfica aos contribuintes, "pois apresenta mais uma possibilidade de isenção no ganho de capital na venda de imóveis". "Porém, também seria necessário a adoção de mais medidas a favor do contribuinte que compra imóveis, uma delas seria a possibilidade de usar os juros do financiamento na dedução do IRPF." Procurada, a Receita afirma que o "reconhecimento da isenção foi feito com base em jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça (STJ)".

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO

Receita amplia isenção de Imposto de Renda na venda de imóvel

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sites asiáticos já atraem 2/3 dos brasileiros que fazem compras online



Loja da Shein no shopping Village Mall; app foi o mais baixado no segmento moda em 2021 Divulgação

Daniele Madureira e Fernanda Brigatti são paulo

O internauta pode estranhar o visual poluído, cheio de pop-ups prometendo preços entre 50% e 80% mais baixos e pedindo insistentemente um e-mail para cadastro. Também parecem esquisitas frases como "depressa em breve", sobre a promoção que tem hora para acabar.

Mas os brasileiros têm feito cada vez mais compras nesses sites de origem asiática, como Shopee, Shein e Aliexpress. Pesquisa da consultoria NielsenIQ|Ebit, em parceria com a Bexs Pay, apontou que o faturamento dos sites internacionais (conhecidos como "crossborder") disparou 60% no ano passado e atingiu R\$ 36,2 bilhões.

O montante representa cerca de 17% do comércio online no país, que faturou R\$ 218,9 bilhões em 2021.

A Shopee é a mais popular entre os internautas brasileiros: 58% adquiriram alguma coisa da varejista em 2021, contra 8% em 2020. A Shein, especializada em moda, passou de 0 a 21% dos consumidores online no ano passado.

Preço baixo é o atributo mais valorizado nesses sites, diz o diretor de ecommerce da NielsenIQ|Ebit, Marcelo Osanai, e o bom desempenho no Brasil levou a investimentos em vendedores nacionais e entregas mais rápidas.

Hoje a média de espera é de 28 dias -há três anos, eram 42. Em março, o Aliexpress, do Alibaba, contratou um voo semanal da Qatar Airways de Hong Kong a São Paulo, para agilizar a entrega.

Dos 87,7 milhões de compradores online no Brasil,

68% adquiriram produtos importados em 2021, aponta a pesquisa. Este ano, 71% pretendem continuar comprando, com destaque para eletrônicos (48%), moda e acessórios (45%) e informática (35%).

Enquanto Shopee e Shein cresceram, Aliexpress desacelerou no ano passado, de 52% para 44% dos consumidores online.

Segundo Osanai, a empresa perdeu espaço por não investir tanto em marketing, mas parece ter aprendido a lição: no mês passado, lançou uma campanha com a influencer Gkay, sob o mote "farofa do Ali".

Também a Shopee investiu em uma campanha com a banda Barões da Pisadinha.

"Os grandes sites estrangeiros vêm investindo pesado em mídias sociais, com destaque para o TikTok, nos links patrocinados e nos anúncios do Google", diz Osanai.

Variedade é outra palavra de ordem nos sites asiáticos. No marketplace Shopee é possível comprar de shorts a vibradores, passando por estojos para lentes de contato.

No Aliexpress, encontram-se de adesivos de unha e perucas a relógios e furadeiras sem fio. Na Shein é possível encontrar 80 mil opções de vestidos a partir de R\$ 15 e 9,7 mil calças começando por R\$ 19.

Considerada a "Zara da China" -pela rapidez de produção de coleções e logística para chegar a mais de 150 países-, a Shein (lê-se xi-in) abriu uma loja temporária no Rio em março, no Village Mall.

"Os apps da Shopee e da Shein foram os aplicativos de varejo mais baixados do Brasil no ano passado", diz o consultor Alberto Serrentino, sócio da Varese Retail De acordo com a empresa de desenvolvimento de software e análise de mercado Emizen Tech, cada um deles teve mais de 100 milhões de downloads em 2021.

A preferência dos brasileiros pelos varejistas asiáticos já incomoda os competidores locais e, em março, a **Receita Federal** disse estudar uma medida provisória para impedir que sites estrangeiros vendam no Brasil sem pagar **tributos**.

Os asiáticos estariam aproveitando uma brecha que autoriza a pessoa física a enviar bens estrangeiros a outra pessoa física no Brasil sem pagar **impostos**, se a mercadoria custar menos de US\$ 50. Para a Abvtex (associação do varejo têxtil), a preocupação também é com os **tributos**.

Edmundo Lima, diretor-executivo da associação, diz que sem o pagamento de ICMS, PIS e Cofins, esses sites chegam a preços muito mais competitivos na comparação com os produtos nacionais.

No Brasil, os maiores competidores do varejo online são Mercado Livre, Americanas, Magazine Luiza e Via (Casas Bahia e Ponto Frio).

"Embora trabalhem com produtos de maior valor agregado, como eletroeletrônicos e eletrodomésticos, estes sites aumentam cada vez mais o mix da chamada "cauda longa", produtos de menor tíquete médio e maior giro, na disputa direta com os sites asiáticos", diz Danniela Eiger, analista de varejo da XP.

Por enquanto, os marketplaces brasileiros se sentem incomodados, mas não ameaçados, diz Iago Souza, analista da Genial Investimentos. "Os asiáticos teriam que trabalhar com produtos mais caros para se tornarem, realmente, uma ameaça", afirma. "De qualquer forma, o grupo Sea, dono da Shopee, já deixou claro que Brasil e México são as prioridades da companhia".

O consultor Eugênio Foganholo, da Mixxer, chama a atenção para a rapidez do fenômeno asiático. Segundo a NielsenIQ|Ebit, 26% dos consumidores conheceram os sites em 2021 por indicação de amigos. "Isso dá uma vantagem competitiva muito grande, é o marketing boca a boca, que reduz o custo de aquisição de cliente", diz Foganholo.

Outra crítica frequente é a falta de transparência nas relações trabalhistas-sabe-se muito pouco das condições em que são produzidas as roupas nesses sites.

Procurada pela Folha, a Shein não atendeu ao pedido de entrevista. O Alibaba, controlador da Aliexpress, está em período de silêncio, antes da divulgação de resultados trimestrais.

Já a Shopee informou, por meio de nota, que oferece no Brasil uma "experiência de compra fácil, segura e divertida" e que "mais de 85% das vendas são de vendedores brasileiros".

Segundo a empresa, a conquista de consumidores é

resultado da sua "estratégia de gamificação" (jogos e recompensas em Moedas Shopee, que funcionam como cash-back) e das campanhas de marketing com cupons de desconto e de frete grátis.

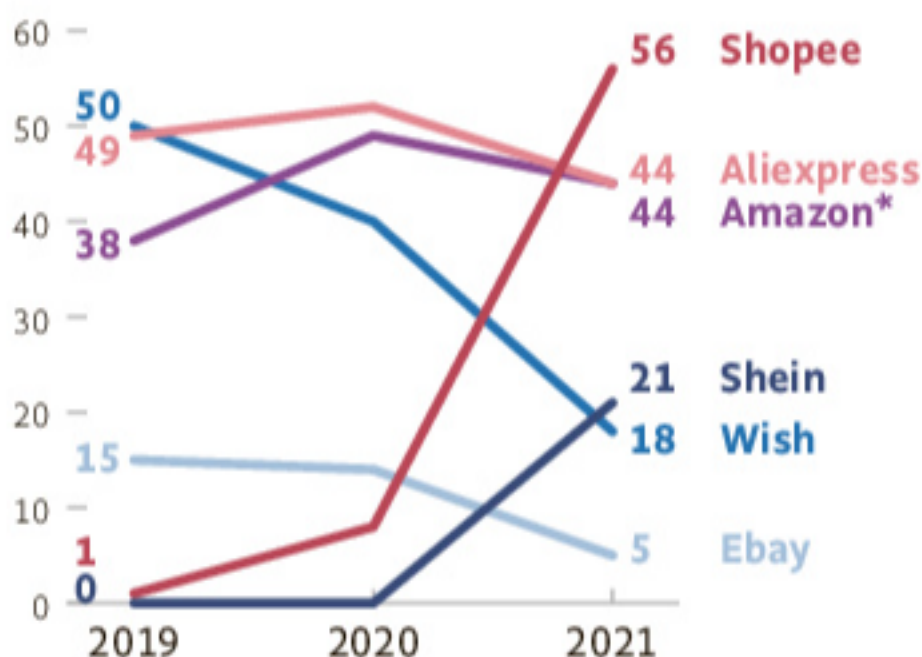
"Os grandes sites locais, como Americanas, Magalu e Via, trabalham com produtos de maior valor, como eletrônicos. Mas a disputa com os asiáticos se intensifica na chamada "cauda longa", na oferta de produtos de menor tíquete médio e maior giro"
Danniela Eiger analista de varejo da XP

Site:

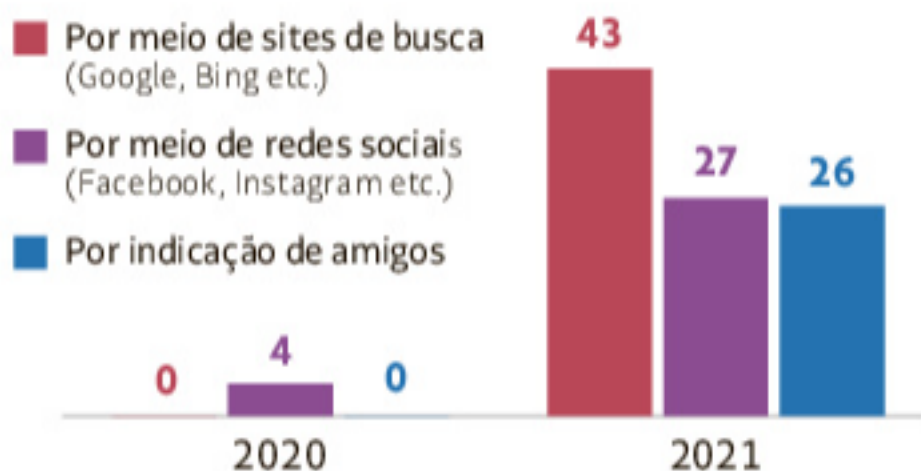
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49870>

Quais os sites de compra estrangeiros preferidos dos brasileiros

Evolução nos últimos três anos Em %



Como conheceram os sites de compra estrangeiros? Em %



*site americano Amazon.com Fonte: NielsenIQ | ebit

Remuneração de gestores da Petrobras dobra em 2021

Rodrigo Rocha e Gabriela Ruddy

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182?page=10§ion=2

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Remuneração de gestores da Petrobras dobra em 2021

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182?page=10§ion=2

Servidores pressionam a União por reajuste

BRASÍLIA

A movimentação dos servidores federais por reajustes e reestruturação de carreiras vem aumentando a pressão sobre o governo nas últimas semanas.

Funcionários do Banco Central (BC) entraram em greve na sexta-feira, enquanto funcionários do Tesouro Nacional realizaram paralisações. Servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) decidiram iniciar* uma "operação padrão".

Também há movimentos da **Receita Federal**, do **INSS** e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A demanda dos servidores acontece na esteira da promessa do presidente Jair Bolsonaro de que iria reajustar salários apenas das carreiras federais de segurança, como a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Nesta semana, o governo também passou a discutir a possibilidade de conceder aumento linear de 5% a partir de julho, o que não agradou aos sindicatos dos servidores.

Os funcionários ficaram com os salários congelados em 2020 e 2021. Nos estados, praticamente todos os governadores já anunciaram aumentos, o que intensifica a pressão sobre Bolsonaro.

A greve do Banco Central começou na sexta-feira e já afeta algumas divulgações e serviços. Segundo o BC, devido à paralisação, o relatório Focus (com estimativas de mercado para a economia), os indicadores econômicos e o Relatório de Poupança não serão divulgados nas datas previstas para esta semana.

O presidente do Sindicato Nacional de Funcionários do BC (Sinal), Fabio Faiad, disse que há uma adesão de 60% a 70% dos servidores da instituição e entrega de 700 dos quase mil cargos comissionados. Quando isso ocorre, o servidor perde a gratificação, mas mantém o emprego.

Na sexta-feira, representantes de algumas categorias se reuniram com o Ministério da Economia. Segundo Sérgio Ronaldo da Silva, do Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** (Fonasefe), a expectativa era a de que a pasta apresentasse alguma resposta em relação à reivindicação de recomposição

salarial de 19,99%. Em nota, a Economia afirmou que não partiu da pasta a convocação formal da reunião.

Muito se fala em home office, mas minoria dá flexibilidade

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182?page=10§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182?page=10§ion=2

Conta gov.br: como aumentar o nível para prata ou ouro

Por g1 - São Paulo

A conta gov.br dá acesso aos serviços digitais do governo como, por exemplo, **INSS**, carteira de trabalho digital, **Receita Federal**, eSocial, entre outros.

Estas contas são divididas em ouro, prata e bronze. O padrão ao entrar no serviço é ter o acesso bronze. O login nível prata ou ouro exige maior nível de segurança, como reconhecimento facial, permitindo o acesso a bancos credenciados e a serviços mais sensíveis - como o resgate de valores esquecidos nos bancos.

Passo a passo

A criação da conta gov.br é gratuita. Quem ainda não possui, pode fazer o cadastro pelos seguintes caminhos:

Site Acesso (<https://sso.aceso.gov.br>) App gov.br (link iOS ou link Android)

Conta gov.br dá acesso aos serviços digitais do governo - Foto: Reprodução

Como aumentar o nível da conta gov.br?

Página em que é possível aumentar o selo de confiabilidade da conta - Foto: Reprodução

A conta gov.br tem três níveis de segurança e acesso: bronze, prata e ouro.

Ao ser criada via formulário online do **INSS** ou da **Receita Federal**, por exemplo, a conta gov.br costuma iniciar no nível bronze, que dá acesso apenas parcial aos serviços digitais do governo e cujo grau de segurança é considerado apenas básico.

Ao fazer o login no gov.br, o cidadão já é informado do nível da conta. Para aumentar o nível, basta seguir as instruções ou entrar em Privacidade/Selos de Confiabilidade.

No app, ao fazer o login no gov.br, o cidadão já é informado do nível da conta. - Foto: Reprodução

Como obter nível prata

O nível prata é obtido por meio de:

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH) Validação dos dados pessoais via internet banking de um banco credenciado Validação dos dados com usuário e senha do SIGEPE, se o cidadão for servidor público federal

Como obter nível ouro

O nível máximo de segurança pode ser através de:

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Justiça Eleitoral Validação dos seus dados com Certificado Digital compatível com ICP-Brasil

Para concluir o cadastro é preciso autorizar o uso de dados pessoais - Foto: Reprodução

VÍDEOS: notícias de economia

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/04/conta-govbr-como-aumentar-o-nivel-para-prata-ou-ouro.ghtml>

Pressão por reajuste para servidor fura teto e desrespeita sociedade (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182

Exportação de commodities e juros garantem recuperação dos ativos. Até quando?

(Artigo)

Camila Abdelmalack Economista-chefe da Veedha Investimentos

Foram nove altas seguidas desde 2021, quando a taxa básica de juros estava no patamar mínimo histórico de 2% ao ano. O ciclo de elevação da Selic busca promover a ancoragem das expectativas diante de uma **inflação** persistente. Após o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 10,6% em 2021, a expectativa para 2022 caminha para 7%, muito superior à meta de 3,5% e até mesmo distante do limite máximo de tolerância em 5%.

O Banco Central dificilmente conseguirá alterar a rota da **inflação** contratada para 2022, mas com a elevação dos juros pretende garantir aos menos entregar a **inflação** em 2023 dentro do limite e o mais próximo possível da meta de 3,25%. As projeções para o próximo ano caminham para 4%, como consequência da inércia inflacionária, ou seja, o carrego da **inflação** que vamos assistir este ano. Muitos preços e contratos são reajustados com referência à **inflação** passada.

Falamos muito do IPCA, mas outro índice que também vem sendo revisado para cima é o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o famoso índice do aluguel. Esse índice é representado em 60% pelos preços ao produtor (IPA), que é distribuído entre preços agropecuários e industriais. Então, perceba a letalidade do processo em cascata da **inflação**. O conflito no leste europeu acentuou a alta dos preços das commodities (energia, agropecuários e metais) e isso chega até o reajuste dos contratos de prestação de serviço e aluguel.

Visando estancar esse contágio na economia, o Banco Central promove a elevação dos juros. O objetivo dessa ação é manter o poder de compra da população. O custo disso é a desaceleração da atividade econômica para reequilibrar os preços. No entanto, se a condução da política monetária é bem-sucedida, os juros podem voltar a cair no futuro e estabilizar num patamar mais baixo.

Essa situação de combate à **inflação** está acontecendo no Brasil, mas também nos Estados

Unidos que assiste à maior elevação nos preços dos últimos 40 anos, 7,9%. Por lá, é o início do ciclo de elevação dos juros, atualmente as fed funds estão entre 0,25% e 0,50%, mas devem atingir patamar próximo de 2% ao fim de 2022 e 3% em 2023.

Aliás, corre o risco de o Federal Reserve entender que está "atrás da curva", ou seja, atrasado no processo de alta dos juros e apertar o passo. Isso, pode mexer no preço dos ativos, chacoalhar o mercado acionário e apreciar o dólar globalmente.

No Brasil, o ciclo de elevação dos juros está no estágio final. A Selic em 11,75% deve subir para 12,75% na próxima reunião em maio, conforme sinalizado pelo Copom. Os diretores indicaram que esse patamar seria adequado para convergência da **inflação**, mas duas situações podem atrapalhar a aterrissagem: 1) extensão do conflito no leste europeu, devido ao impacto da apreciação das commodities no cenário inflacionário; e 2) a preocupação com a orientação da política fiscal, o famoso "risco fiscal" que pode impactar negativamente preços de ativos importantes e elevar os prêmios de risco do país.

O risco fiscal deveria ser mitigado uma vez que a partir de março a Lei Eleitoral barra ações de ganho político-eleitoral. No entanto, enquanto o preço dos combustíveis estiver sob os holofotes, estamos sujeitos aos ruídos. Difícil prever esse desdobramento, pois no momento ainda não é possível enxergar o desfecho da situação no leste europeu e constatar em qual patamar o petróleo irá se acomodar. A cotação tocou US\$ 140 e nos últimos dias ficou acomodada entre US\$ 100 e US\$ 110, muita ousadia arriscar um palpite sobre a cotação, que depende inclusive de muitas outras situações que envolvem inclusive a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e as esperanças que estão perdendo a força de uma retomada do acordo nuclear do Irã.

A taxa de câmbio vem jogando a favor da **inflação**, com quase 10% de apreciação do real frente ao dólar em 2022. O contexto das commodities inflacionadas é chamariz para o Ibovespa. O investidor estrangeiro ingressou com R\$ 72 bilhões na bolsa, além das operações em renda fixa para aproveitar o diferencial

de juros. Essa situação é a justificativa da recuperação do câmbio, mas não é garantia de sustentação. Afinal, o apelidado "smart money" pode sair na mesma velocidade que entrou, sem compromisso algum.

Um levantamento da consultoria Economatica revelou que, dos 33 setores da economia representados na B3, menos de um terço se valorizou neste ano e só três tiveram ganhos acima de 10%. Mineração teve alta de 34,77%; o setor agropecuário, de 17,72%; e petróleo e gás registrou 11,78% de crescimento. O peso do setor de commodities chega hoje a 30% do índice, contra 20% de um ano atrás.

As compras são garantidas, sobretudo, pelo investidor estrangeiro, enquanto o investidor local está migrando para a renda fixa, atraído pela forte alta dos juros. No acumulado deste ano, as pessoas físicas já retiraram mais de R\$ 16 bilhões da B3.

O conflito no leste europeu gerou oportunidade de ganhos para o setor de commodities e beneficiou nossa economia. Os eventos que podem prejudicar essa trajetória são: Política Monetária dos EUA: Aceleração na elevação dos juros; Política Fiscal do Brasil: Problema na condução das contas públicas; Política no Brasil: Precificação do cenário eleitoral.

Não há muitas dúvidas sobre a motivação dos gringos. O mercado brasileiro está fortemente ligado às commodities. No entanto, situações no passado mostram que a incerteza no cenário político afasta o investidor estrangeiro. Não precisamos ir muito longe, o segundo semestre de 2021 é um exemplo fresquinho na memória de todos, quando houve um turbilhão para colocar o Auxílio Brasil em prática. O Congresso não prosseguiu com a **Reforma Tributária**, que seria o financiador para o programa assistencialista, e o Executivo encontrou nos Precatórios a alternativa em conjunto com a flexibilização do teto dos gastos. Sem contar que o governo precisou pagar um preço com as emendas parlamentares para fechar o acordo.

Ganho passado não é garantia de ganho futuro. O que sustentou os retornos no primeiro trimestre podem ser insuficientes para a próxima temporada. Atenção e cautela nunca deixaram de ser as palavras de ordem para 2022. Ainda mais em situações que tiram os pés dos investidores do chão!

Conflito também traz oportunidades para o Brasil

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182

E agora, Brasil?: País sofre com a alta de alimentos e petróleo, mas exportação e investimentos podem crescer

O Globo

RIO - De um lado, a guerra da Ucrânia vem trazendo perdas com o aumento dos custos logísticos e de transporte por conta da alta no preços do petróleo e das commodities agrícolas. Mas, do outro, o conflito pode estimular a conquista de novos mercados e investimentos para o Brasil, um dos países emergentes que deve ser menos afetados diretamente pelo conflito, avaliaram os convidados do "E agora, Brasil?".

Em debate: Como será o mundo após a guerra da Ucrânia e a nova ordem econômica

Luís Rua, diretor de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA, que reúne os produtores de aves e suínos do Brasil) destacou, durante o evento, que há oportunidades para o país ganhar espaço no mercado internacional, apesar da interrupção do comércio para a Rússia, destino de 2,5% das exportações de carne de frango do Brasil em 2021.

- Além das complicações, há oportunidades. A Ucrânia vinha conquistando mercados da Europa e Ásia com exportações de carnes de frango e porco. Eles colocavam de oito a nove mil toneladas por meses nesses mercados. Com o fechamento dos portos na Ucrânia, o Brasil está sendo chamado para participar com maiores volumes.

Abertura de mercados

Rua destacou que, para que os exportadores aproveitem essa oportunidade, o governo precisa atuar para buscar acordos comerciais e de abertura de novos mercados:

- A avicultura tem 140 mercados abertos funcionando, e grande parte de nossa exportação está indo para a China. Exportação é uma alternativa para amenizar a situação que temos hoje, com preço alto de trigo e farelo de soja e interrupção das cadeias.

Armando Castelar, professor da FGV Direito Rio, destacou que os efeitos da guerra são limitados para a

economia brasileira, comparativamente a outros países emergentes, já que o Brasil é um grande produtor de commodities. E ressaltou que, por outro lado, o Brasil poderá atrair investimentos, num cenário em que grandes indústrias tentam realocar suas cadeias de produção de forma mais local, para evitar os riscos de rupturas no fornecimento global.

É um movimento que surgiu com a guerra comercial entre EUA e China, acentuou-se na pandemia da Covid e tende a ganhar ímpeto após o conflito na Ucrânia.

- O México está recebendo muita indústria que estava na China. A gente pode se beneficiar, mas o governo precisa melhorar o ambiente de negócios, com **reforma tributária**, por exemplo.

Sem conseguir repassar

Mas, apesar de o Brasil sofrer menos os impactos da guerra, a pressão de custo para a indústria é incontornável. Gustavo Theodozio, vice-presidente de investimentos e controladoria da M. Dias Branco, líder em massas e biscoitos no país e dona de marcas como Piraquê e Adria, lembrou que os preços do trigo e do farelo de soja estão nos maiores patamares em dez anos, pressionando os custos das empresas em um momento de economia fraca.

- A previsão hoje é que a economia cresça abaixo de 1%. Com a renda apertada, não conseguimos repassar. Em março, o trigo subiu quase 60%, e as empresas não conseguem repassar.

Segundo Theodozio, "da porteira para dentro", a alternativa para a indústria é melhorar a eficiência e a produtividade. Mas o Brasil poderia ter ganhos no setor com uma redução nas barreiras à importação e incentivos a um aumento de produção. Hoje, 60% do trigo consumido no Brasil vêm da Argentina:

- Temos que olhar para a cadeia. É importante rever as barreiras de importação para vislumbrar outras opções. Se houve um problema ali, que outros países oferecem o mesmo insumo? Então, uma redução temporária de importação é outro caminho para

amenizar a **inflação**. Pode-se ainda incentivar a produção local. O Brasil produz 8 milhões de toneladas e consome 13 milhões de toneladas de trigo. Rio Grande do Sul e Paraná produzem, mas o Brasil tem terra e é riquíssimo, pode incentivar a produção.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/e-agora-brasil-pais-sofre-com-alta-de-alimentos-petroleo-mas-exportacao-investimentos-podem-crescer-25460972>

Reforma tributária e liberação de armas vão ser debatidas nesta semana

Brasília

/
Carlos Eduardo Bafutto, do R7, em Brasília

Estão previstas para esta semana discussões no Senado da PEC (proposta de emenda à Constituição) da **reforma tributária** e do projeto de lei que altera as normas do porte de armas de fogo. Os dois temas vêm se arrastando por meses no Senado. A indefinição em ambas as matérias se dá por falta de consenso entre os senadores.

Após adiamentos, a PEC 110 (**reforma tributária**) deve voltar a ser deliberada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e, na sequência, ir ao plenário. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), convocou desde meados de março, um esforço concentrado entre os dias 4 e 8 de abril para sabinas e votação de indicações de autoridades. E a ideia é aproveitar o quórum para incluir nas deliberações a PEC.

A matéria foi debatida pela última vez em 16 de março. Na ocasião o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) acatou mais de dez emendas propostas ao texto. Em 23 de fevereiro, Rocha apresentou a reformulação do relatório, mas a CCJ adiou a votação do texto final. Alguns dos temas que dificultam a votação da proposta são a tributação das cooperativas, a mudança na cobrança dos **impostos** do setor de serviços e o Fundo de Desenvolvimento Regional.

A PEC cria um modelo dual de tributação, ou seja, com dois tipos de **impostos** de valor agregado. Um deles é a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) que unifica **tributos** federais como IPI (imposto sobre produtos industrializados), Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**), PIS (Programa de Integração Social) e Cide-Combustíveis (Capacitação Inserção e Desenvolvimento).

O outro modelo de tributação, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), congrega o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS (Imposto Sobre Serviços), que são recolhidos por estados, Distrito Federal e municípios.

O texto prevê ainda um novo imposto sobre produção, importação e comercialização de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, que entraria no lugar do IPI. A proposta, que é do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) junto com outros 65 senadores, recebeu parecer favorável do relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Outro projeto que entra na pauta do esforço concentrado do Senado é o que altera as normas do porte de arma de fogo. De acordo com o texto da proposta, os chamados CACs (caçadores, atiradores desportivos e colecionadores) passam a ter direito de comprar até 16 armas. O projeto de lei de 2019, de autoria do Poder Executivo, está sob relatoria do senador Marcos do Val (Podemos-ES). O texto extingue também a necessidade de autorização de porte de armas por esses grupos.

A justificativa apontada no texto é a necessidade de trazer segurança jurídica para colecionadores, caçadores e atiradores desportivos. Atualmente, algumas das ações previstas no projeto foram autorizadas via decreto presidencial. No entanto, estão em julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal), que suspendeu normas como a que liberava os fabricantes da necessidade de incluir marcações nos projéteis disparados.

A votação do texto já foi adiada duas vezes neste ano na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). O relator Marcos do Val (Podemos-ES) fez a leitura de seu voto em 23 de fevereiro, quando concordou em fazer algumas mudanças. Na ocasião, um pedido de vista coletiva por parte de outros parlamentares foi concedida.

Em nove de março, uma nova vista foi concedida. Após este último pedido de vista, os senadores Eduardo Girão, Eliziane Gama e Simone Tebet (MDB-MS) receberam xingamentos e ameaças de morte. A Polícia Legislativa identificou os autores das ameaças na semana passada. Um deles é um vigilante de Alagoas e o outro um empresário de São Paulo que possui pelo menos três armas em casa. O projeto não entrou mais na pauta da CCJ desde então.

O tema é caro ao presidente Jair Bolsonaro e sua base eleitoral. Recentemente, ele disse que é "quase zero" o número de pessoas com registro legal de porte

de arma que têm envolvimento com grupos de extermínio e facções do tráfico.

04042022

"No Brasil são 600 mil CACs, logo, 25 [que estariam envolvidos com milícias] representam 0,00083% de todos que compram legalmente suas armas, quase zero", escreveu o presidente nas redes sociais. CAC é a concessão de certificado de registro à pessoa física que deseja realizar atividades de colecionamento de armas de fogo, tiro esportivo e caça.

Depois, Bolsonaro afirmou que o número de homicídios com armas de fogo diminuiu no país, sem citar quanto. Segundo o presidente, entre um dos motivos está a liberação do porte e da posse de armas.

"Vocês viram que os homicídios com armas de fogo caíram, menor número histórico. Entre outras coisas, a liberação das armas para o pessoal de bem. O cara pensa duas vezes antes de fazer besteira", disse Bolsonaro durante conversa com apoiadores, no Palácio da Alvorada, em Brasília.

Uma nota técnica elaborada pela Consultoria Legislativa do Senado Federal revelou que, em caso de aprovação do Projeto de Lei 3723/2019, que amplia o porte e a posse de armas de fogo no país, 166.529 brasileiros podem passar a andar armados no país. A nota informativa foi assinada pelo consultor legislativo João Paulo Batista Botelho no último dia 14 de março.

Obtido pela reportagem do R7, o documento mostra que as categorias mais beneficiadas com uma possível aprovação da matéria são a de oficiais de Justiça e a do Ministério Público, com 75 mil novas armas.

- 6.235 (defensores públicos)
- 700 (policiais de assembleias legislativas)
- 75.000 (oficiais de Justiça e do Ministério Público)
- 11.000 (agentes de trânsito)
- 30.000 (auditores e analistas de receitas)
- 8.000 (advogados públicos)
- 23.000 (agentes socioeducativos)
- 12.000 (peritos)
- 594 (membros do Congresso Nacional)

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/ reforma-tributaria-e-liberacao-de-armas-va-ser-debatidas-nesta-semana->

Gás já consome 22% do orçamento de serviços básicos dos mais pobres



Moradores observam fogão a lenha improvisado em ocupação na zona sul de São Paulo, usado como opção ao gás. reiner burgemeister/istock

Isabela Lobato belo horizonte

Os gastos com gás de cozinha vendido em botijões de 13 kg comprometem 22% do orçamento doméstico destinado a serviços públicos das famílias mais pobres do Brasil, o que inclui energia elétrica, água, esgoto, telefone e **impostos**. Para os mais ricos, a parcela é de 13%.

É o que diz o estudo realizado pela consultoria Kantar em 4.915 domicílios, em 2021, quando ainda não era possível sentir os efeitos do mega-aumento promovido pela Petrobras nos combustíveis.

Segundo o levantamento, a elevação do preço do gás é especialmente crítica entre as classes mais baixas.

O estudo da Kantar mostra ainda que, entre 2020 e 2021, a parcela do orçamento gasta com gás de cozinha aumentou 25% para as famílias de classes D e E. Nas classes A e B, o mesmo gasto teve alta de 16%.

Para os mais pobres, o custeio do gás é o segundo maior gasto em serviços, empatado com água e esgotos e atrás apenas da energia elétrica, que, em 2021, correspondeu a 51% do orçamento de serviços nessas classes.

O estudo também mostra que, quando se consideram todas as classes sociais, o gás ocupa o terceiro lugar no orçamento dos serviços básicos, perdendo para água e luz.

No entanto, entre 2020 e 2021, todas as classes viram crescer a parcela do insumo.

Embora o aumento seja generalizado, os impactos do preço são sentidos de forma diferente entre as famílias, principalmente nas periferias, onde estão os lares de menor renda. Com dificuldade para comprar alimentos, usar gás de botijão no cozimento torna-se, muitas vezes, inviável.

Esse é o caso da cuidadora de idosos Fernanda Pinheiro, 34 anos, que hoje cozinha para sua família com alimentos que recebe de doações, queimando madeiras que encontra na rua em um fogão a lenha improvisado.

Moradora do bairro Parque Santo Antônio (zona sul de SP), ela conta que, há mais ou menos um ano e meio, a maioria de suas vizinhas também não consegue comprar gás.

Antes disso, Fernanda nunca havia precisado usar lenha para cozinhar -no máximo, para esquentar a água do banho na sua infância, prática que a família deixou para trás após perderem parte da casa em um incêndio causado por falhas na rede elétrica.

Desde 2021, porém, a prática voltou. Às vezes, ela usa uma panela elétrica que recebeu como doação, mas nem sempre é possível. "Vou preparar a comida no fogão a lenha, porque o dinheiro do gás vai sobrar para comprar alguma outra coisa, um pacote de fralda ou de absorvente", diz.

O professor de geografia da rede municipal paulista Alessandro Rubens organiza desde 2020 o Periferia e Solidariedade, projeto de doação de mantimentos para famílias de baixa renda.

Ele conta que, nesse período, viu aumentar os relatos de incêndios em comunidades e ocupações urbanas.

"Na favela, o fogão a lenha implica aumentar riscos", afirma o professor. "Geralmente, eles [os moradores] colocam blocos de cimento e muitos estouram, e o risco de acidentes é muito grande." No ano passado, o grupo mobilizou fundos para comprar remédios para uma pessoa que se queimou em um acidente desse tipo.

O projeto doa cestas básicas, refeições e produtos de higiene de forma rotineira, e Rubens conta como a demanda por gás é enorme e impossível de ser atendida.

Por isso, as vaquinhas para doações de botijões de gás são direcionadas a mães com mais de um filho. "Dentro de casa, com mais de uma criança, é muito perigoso cozinhar de forma improvisada", justifica.

A auxiliar de produção Samantha Silva, 33, reveza o preparo dos alimentos entre um fogão elétrico e um a lenha, que é comunitário e improvisado, construído por um vizinho. Às vezes, cozinha também na churrasqueira, também feita pela família, no quintal da sua mãe.

Ela diz que, com o revezamento, consegue economizar o gás ao máximo para alimentar as duas filhas de 10 e 15 anos. Samantha também usa um fogão elétrico quando consegue e conta que é difícil adaptar o tempo de preparo dos alimentos ao contato direto da panela com o fogo.

Há três meses, a auxiliar de produção mora em uma ocupação irregular, pois, sem renda, vive um dilema: "Ou você paga o aluguel ou você com pra o gás, ou a comida".

Beneficiária do Auxílio Brasil, ela chegou a receber o vale-gás no valor de R\$ 52, mas acabou usando o dinheiro para comprar alimentos.

Dados do IBGE mostram que a **inflação** do gás de cozinha em 2021 foi de 36,99%, muito acima do índice geral da **inflação** oficial, o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que fechou o ano em 10,06%.

Hoje, na cidade de São Paulo, botijões de 13 kg são vendidos por até R\$ 150, e mais da metade das vendas é parcelada no crédito, segundo dados do Sergás (Sindicato das Empresas Revendedoras de Gás, da Grande São Paulo).

Enquanto nas comunidades multiplicam-se os fogões improvisados, os revendedores veem as vendas caírem, em média, 20%.

Presidente do Sergás, Robson Carneiro dos Santos diz que o gás de cozinha é a melhor opção para cozinhar em todo o mundo, pois não coloca em risco a saúde. Além dos acidentes, a queima de outros materiais como a madeira e o álcool libera gases e partículas tóxicas para o pulmão, que podem causar DPOC, doença pulmonar obstrutiva crônica.

Para se manter, o setor tem tentado não repassar o

percentual cheio de reajuste aos clientes, o que ocasionou demissões nas empresas da área.

No último ano, para pagar o aumento salarial de 10% dos funcionários das revendas sem aumentar o preço do botijão, as empresas elevaram em 30% as demissões.

"A gente não conseguiu repassar esse aumento, o preço do gás ficou o mesmo", conta. "A revenda absorveu esse gasto, o consumidor não consegue mais. Já é muito difícil pagar." Elma Soares, 35, moradora da região norte de Belo Horizonte, conta que, nos últimos tempos, tem tirado dinheiro das compras de supermercado para comprar o gás.

Mãe de três filhos, de 4, 12 e 14 anos, ela afirma que antes mal contabilizava o preço do gás no orçamento doméstico.

"Se eu fosse uma pessoa sozinha, sem filhos, sem nada, eu me viraria de qualquer forma. Mas, quando você tem três crianças em casa, como você não se vira para comprar um gás?" diz.

Quando não tem dinheiro, Elma e sua irmã, que é vizinha, dividem um botijão até que consigam comprar o próximo. "Antes, como era um valor mais baixo, às vezes eu recorria a alguém que emprestava dinheiro ou "emprestava" o gás: "Você compra e depois me devolve". Mas, com esse valor, não é com todas as pessoas do meu ciclo que eu consigo fazer isso", conta.

O economista do FGV/Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), André Braz, diz que "é natural que quando um energético [o gás] fique caro, o consumo de lenha aumente." E a tendência, segundo ele, é que o preço do gás continue em alta.

Braz acredita ser improvável que o valor diminua enquanto durarem as sanções à Rússia, segunda maior produtora de petróleo do mundo.

Para tentar diminuir os impactos do custo do gás nas famílias em 2021, após sucessivos reajustes da Petrobras, o Congresso aprovou projeto do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que prevê a distribuição de um vale no valor de 50% da média do preço do botijão de 13 kg nos últimos seis meses, segundo pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

O programa Auxílio Gás passou a pagar, em dezembro, a quantia a famílias que fazem parte do CadÚnico (Cadastro Único). A última remessa, em fevereiro, repassou R\$ 279 milhões para 5,5 milhões de famílias, em vales de R\$ 50.

Em São Paulo, o programa Vale Gás, do governo do estado, distribuirá, neste ano, R\$ 256,1 milhões em vales bimestrais de R\$ 100 para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em fevereiro, 32,2 milhões de pessoas foram contempladas com o benefício.

Já a Petrobras prevê um orçamento de R\$ 270 milhões para diminuir os impactos do aumento dos preços nas famílias de baixa renda.

A empresa realiza doações de auxílios para compra de gás para as comunidades nos arredores de onde opera, além de destinar também doações de gás em todo o país para instituições que realizam arrecadação de alimentos e que fornecem alimentação para pessoas em situação de rua em grandes centros urbanos.

Para Braz, no entanto, as medidas são paliativas, porque o preço do combustível pode continuar subindo, e a **inflação** pode continuar reduzindo o poder de compra dos consumidores. "Você tem vários problemas paralelos que vão minando o orçamento dos menos favorecidos", diz.

"Ou você paga o aluguel ou você compra o gás, ou a comida Samantha Silva, 33 Auxiliar de produção

"O fogão a lenha implica aumentar riscos. Os blocos de cimento estouram, e o risco de acidentes é muito grande Alessandro Rubens Coordenador do Periferia e Solidariedade

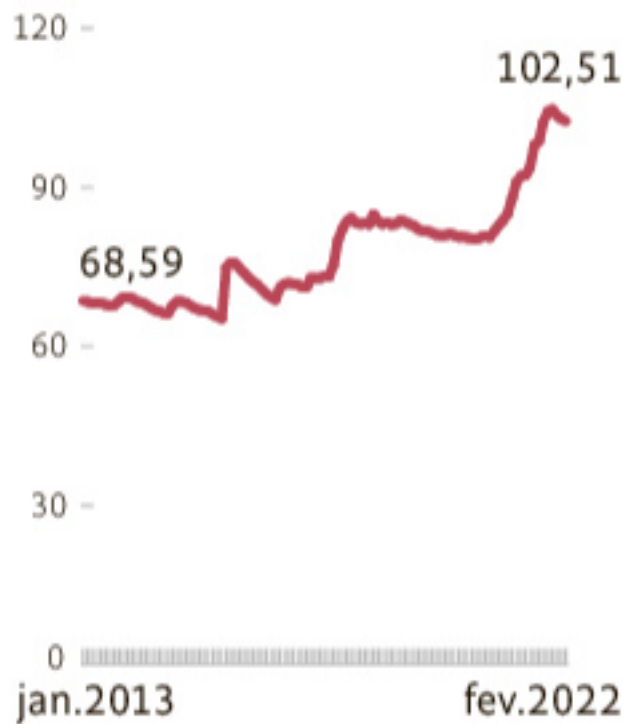
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

70

Confira a evolução do preço médio do botijão de 13 kg

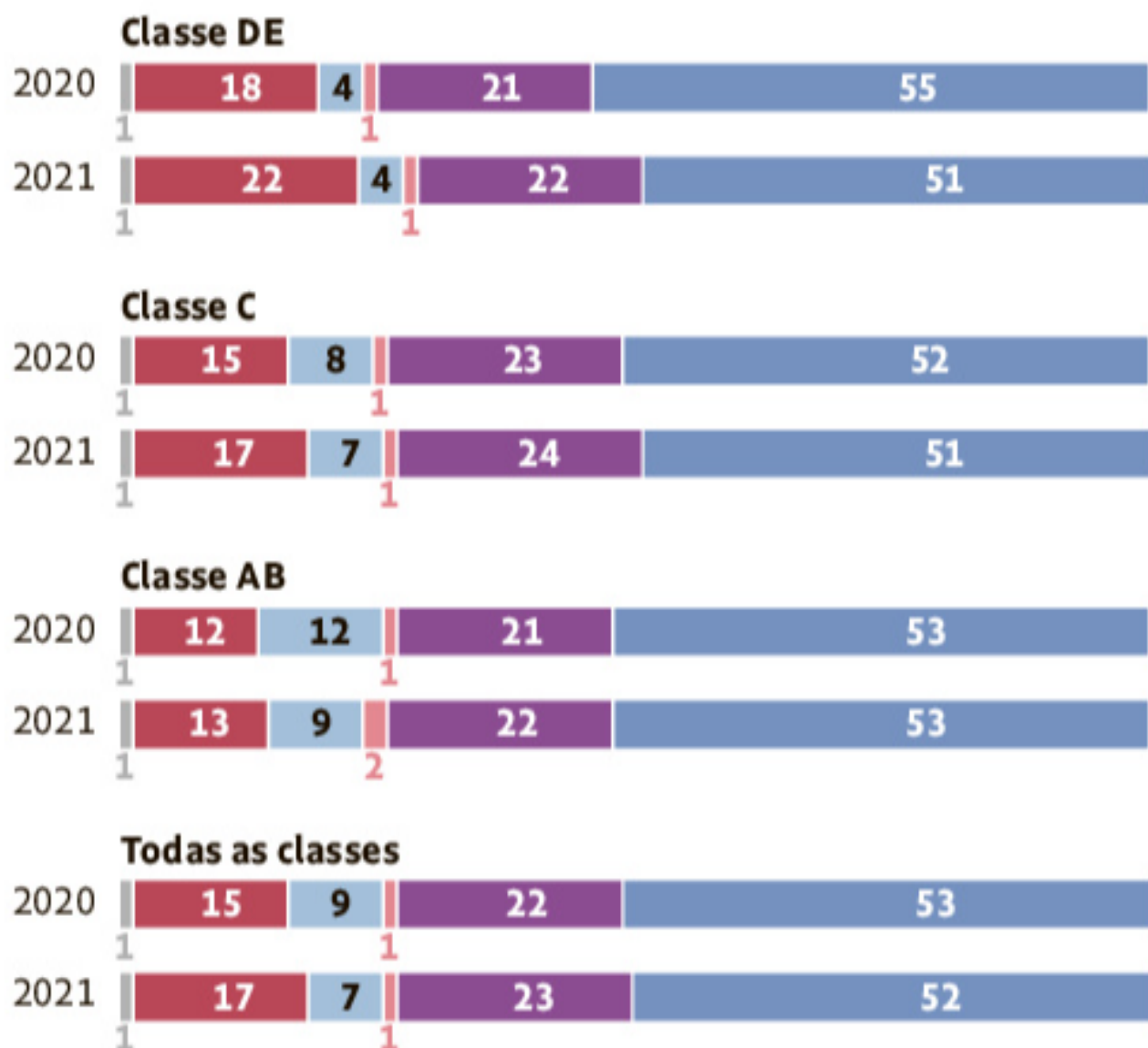
Em R\$*



*Os valores foram corrigidos conforme a inflação oficial medida pelo IPCA, do IBGE
Fonte: ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)

Gasto das famílias com serviço

Em %



Fonte: Consultoria Kantar

O que a indústria espera do Congresso (Editorial)



Embora em ano eleitoral, como este, questões complexas e cujas soluções implicam negociações igualmente difíceis tendam a ser adiadas, problemas não resolvidos continuam a afetar atividades essenciais.

O mundo real não para. A indústria brasileira, por exemplo, há anos vivendo uma crise que a pandemia apenas acentuou, precisa não apenas de decisões corajosas e corretas de seus dirigentes, mas também, e até com urgência, de medidas institucionais que tornem suas operações menos onerosas e mais eficazes para voltar a impulsionar a economia nacional e melhorar sua competitividade.

Assim, mesmo sendo 2022 um ano eleitoral, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou sua agenda legislativa. É um conjunto de 151 propostas escolhidas pelos dirigentes industriais como necessárias para fazer voltar a crescer esse setor que gera os melhores empregos e moderniza a economia brasileira, mas está perdendo seu potencial transformador do País.

A redução expressiva do peso da indústria no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro nos últimos anos é um dos indicadores mais visíveis da crise do setor secundário. Também nos países desenvolvidos a indústria ficou proporcionalmente menor do que outros setores da economia, mas essa mudança ocorreu

quando essas economias haviam atingido alto nível de eficiência e renda.

Outra face da crise da indústria foi desenhada por um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no qual se constata que a produtividade da economia brasileira em 2021 foi a mais baixa em 12 anos, conforme reportagem do Valor Econômico. O setor que mais puxou o resultado para baixo foi a indústria de transformação. A perda de eficiência, ao contrário do que poderia sugerir uma interpretação apressada, não se deveu à pandemia. Trata-se de uma tendência observada há bem mais tempo.

Nem a expressiva melhora do desempenho da agropecuária e dos serviços tem sido suficiente para compensar a piora da indústria.

Investe-se pouco na indústria, sobretudo em pesquisa e desenvolvimento, daí o setor ter tido em 2021, segundo a pesquisa, sua produtividade mais baixa desde 1995. Se nada mudar, é possível que essa tendência se mantenha. Será ruim não apenas para o setor, mas para toda a economia brasileira. A indústria de transformação tem sido o motor da economia brasileira, como disse o economista da FGV Claudio Considera, pois impulsiona mudanças produtivas e tecnológicas, cria empregos com maior exigência de qualificação profissional e melhor remuneração, gerando produtos de maior valor agregado.

É possível mudar a tendência e fazer a indústria retomar com mais vigor o papel que historicamente desempenhou no crescimento e na modernização do País. Retomar esse papel exige que a indústria tenha condições e estímulos para voltar a investir e a se modernizar na velocidade imposta pelas transformações pelas quais passa a economia mundial.

"A redução do Custo Brasil, somada ao controle da **inflação**, a juros baixos e ao maior equilíbrio fiscal, é o caminho para a maior competitividade do setor produtivo, para a atração de investimentos e para o crescimento sustentado", diz o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, na apresentação da agenda legislativa da entidade para este ano.

Uma reforma que modernize, simplifique e torne mais eficiente o sistema de **impostos** é o item mais

importante entre os 12 que a CNI considera a pauta mínima de sua agenda legislativa. É tema politicamente espinhoso, como tornam evidente as dificuldades para o avanço da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110/2019, que muda a tributação sobre o consumo, mas provoca divisões entre os setores industrial e de serviços. A PEC ainda aguarda decisão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, antes de seguir para o plenário da Casa.

Além de outras medidas tributárias, a pauta mínima inclui também a modernização do setor elétrico, a regulação do mercado de carbono, alterações no marco legal das startups e medidas nas áreas trabalhista e previdenciária.

Ou seja, há muito a fazer, agora e na próxima legislatura.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Corte de imposto contra inflação (Editorial)



Confrontado com **inflação** superior a 10% ao ano, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta conter a alta de preços baixando **impostos** e facilitando a importação de artigos de consumo e de bens de produção. Os cortes poderão ser ampliados, segundo informou o Estadão, se as empresas deixarem de repassar ao consumidor os benefícios já concedidos.

Não há como avaliar, por enquanto, o efeito dessas medidas, mas vale a pena chamar a atenção, inicialmente, para um ponto. A **inflação** tem sido afetada pelas cotações internacionais de minérios e de alimentos.

Essas cotações subiram, inicialmente, com a recuperação econômica pós-pandemia e, depois, com os desarranjos causados pela guerra na Ucrânia.

Isso pode limitar os efeitos de uma iniciativa para facilitar as importações.

Em segundo lugar, convém levar em conta os preços por atacado no mercado interno. Esses preços têm sido afetados pelas cotações externas, pelo câmbio e por eventos domésticos, como excesso de chuvas em algumas áreas e escassez em outras. Esses preços continuam subindo de forma sensível, embora o ritmo tenha diminuído recentemente. O aumento mensal do Índice de Preços ao Produtor (IPP) passou de 1,20% em janeiro para 0,56% em fevereiro, mas a alta em 12 meses chegou a 20,05%, uma taxa muito elevada e repassada, como é normal, apenas parcialmente ao consumidor. Esse indicador mede a variação dos

preços industriais na porta de fábrica, sem **impostos** e sem transporte, e é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Também a Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou uma desaceleração de seu Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA). A variação passou de 2,36% em fevereiro para 2,07% em março, segundo o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). Este amplo indicador é formado por três componentes. O IPA é o mais importante, com peso de 60% no conjunto. Os preços ao consumidor correspondem a 30% do conjunto e os custos da construção, a 10%. A variação do IPA em 12 meses chegou a 16,55%, enquanto os preços ao consumidor subiram 9,19%.

Os dois indicadores de preços por atacado - o do IBGE e o da FGV - continuam fortemente influenciados pelo mercado internacional, muito dependente, hoje, do presidente Vladimir Putin e pouco afetado pelas preocupações das autoridades brasileiras. No caso do Brasil, há motivos tanto para celebrar quanto para lamentar a evolução dos preços globais das matérias-primas. O efeito inflacionário é econômica e socialmente ruim e politicamente custoso para as autoridades, mas o benefício comercial é inegável, com aumento da receita de exportação e do superávit na conta de mercadorias.

Uma sólida conta comercial garante reservas em dólares e segurança contra crises cambiais, muito dolorosas para a maioria dos trabalhadores. Mas essa segurança é pouco notada pela maioria das pessoas, assim como a segurança proporcionada por detalhes de engenharia pouco visíveis para os leigos. O efeito inflacionário dos preços internacionais elevados é muito mais perceptível.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desestatização da Eletrobras deixa precatórios de fora na 1ª fase

Lu Aiko Otta e Edna Simão De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182

Sinais de otimismo e o contraste no trabalho (Editorial)

O cenário econômico para o Brasil ainda é incerto diante da continuidade da guerra na Ucrânia, mas os sinais indicam que os efeitos imediatos não são tão nocivos para o país quanto se esperava inicialmente. E, ainda, há até a expectativa de que se possa tirar proveito para ganhar mercado em commodities agrícolas. Investidores deixando o campo de guerra para apostar no Brasil já são realidade e explicam em parte a redução do dólar este ano. A moeda dos Estados Unidos desvalorizou 14,55% no primeiro trimestre de 2022, influenciado pelo valor baixo das ações de empresas listadas em bolsa, pelo dinheiro que chega para pagar nossas exportações e pelo capital atraído por altas taxas de juros praticadas hoje no Brasil. Dólar em baixa e petróleo estabilizado, embora ainda acima de US\$ 100o barril do tipo brent, representam menor pressão por novos aumentos de combustíveis.

Todo esse cenário acende uma chama de otimismo. Mas é preciso observar que, se as perspectivas no mercado financeiro são boas, o mercado de trabalho brasileiro dá sinais de necessitar urgentemente de uma política que fomente a abertura de vagas e condições dignas para a grande maioria de profissionais que hoje atuam na informalidade no Brasil. Os dados do Cadastro Geral do Empregados e Desempregados (Caged) e da Pnad Contínua, do IBGE, mostram um quadro de estagnação do mercado de trabalho com recuo na renda, o que interfere na perspectiva de uma reação mais forte na economia.

No trimestre encerrado em fevereiro, o Brasil tinha uma população ocupada estimada em 95,2 milhões - número estável em relação ao trimestre anterior. Desse contingente, 38,3 milhões estão na informalidade, outros 25,4 milhões são subutilizados, com o contingente de trabalhadores em condições precárias ou sem garantias trabalhistas somando 67% da força de trabalho ocupada. Somados os 12 milhões de desempregados, esse contingente sobe para quase 80% do total de trabalhadores empregados ou de 70% da força de trabalho brasileira, estimada em 107 milhões de trabalhadores (ocupados e desocupados).

Pelos dados do Caged, o saldo entre demissões e admissões nos dois primeiros meses deste ano mostra desaceleração na abertura de vagas formais de emprego. Em janeiro e fevereiro, foram 478,9 mil vagas, contra 651,8 mil nos dois primeiros meses do

ano passado. Essa precariedade, associada à desaceleração na abertura de postos de trabalho, explica a queda da renda real habitual, que ficou em R\$ 2.511 no trimestre encerrado em fevereiro, valor 8,8% inferior em relação a igual período de 2021. E essa retração nos rendimentos é agravada pela **inflação** acumulada em 4,6% entre um trimestre e outro e de 10,54% nos 12 meses encerrados no segundo mês deste ano. O quadro de **inflação** em alta, com encarecimento de combustíveis e dos alimentos, comprime a renda disponível para consumo até mesmo de bens de primeira necessidade.

Categorias mais organizadas pressionam por reajustes. As greves nas esferas federal, estadual e municipal pedem a reposição de perdas ou cumprimento de pisos legais, mas não apenas trabalhadores com estabilidade protestam contra o rebaixamento dos vencimentos mensais. Mesmo os que atuam por conta própria ou na informalidade manifestam a insatisfação com o quadro atual. Entregadores e motoristas que atendem a aplicativos fizeram manifestação em várias capitais, reivindicando reajuste no percentual recebido por corrida.

O Brasil não pode ser atrativo para investidores estrangeiros sem que essa condição sirva para melhorar a renda dos brasileiros, deforma a fortalecer o consumo interno, mola mestra para atrair investimentos produtivos e gerar empregos. Sem políticas que fomentem a geração de emprego e renda, o Brasil permanecerá estagnado economicamente e a mercê da venda de commodities no mercado internacional. O país tem que escapar da armadilha da renda média, o que em bom economês significa que um país atingiu um patamar de renda que não consegue superar. E, no Brasil, esse patamar ainda é muito baixo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/04/04/2022/p1>

Entretenimento será dominante na eleição, diz pesquisador



Andrei Ribeiro

É um engano pensar que a política domina as atenções nas redes sociais. Segundo o pesquisador em ciência de dados e professor Fabio Malini, esse lugar, na verdade, é do entretenimento.

Coordenador do Laboratório de Estudos Sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Malini dá o exemplo de perfis de fofoca no Brasil. Segundo ele, as páginas acumularam audiências enormes e heterogêneas no Instagram e hoje exercem influência expressiva na rede -com milhões de seguidores, superando em números contas de políticos e de veículos da imprensa tradicional.

O pesquisador monitora o que vê como uma tendência para a eleição deste ano: o "focaria do político", ou seja, a crescente apropriação de temas e personagens da política por parte de um ecossistema de "influenciadores do entretenimento".

"Se a gente pegar, por exemplo, uma ferramenta de monitoramento [de redes sociais] como o Crowdtangle, e colocar lá as palavras mais básicas como Lula, Moro, Bolsonaro e Ciro, pelo menos metade dos resultados [no Instagram] será de perfis como "Choquei", "Alfinetei", "Hugo Gloss", diz ele.

As páginas cobrem tradicionalmente temas como a vida dos famosos e o BBB e acumulam, respectivamente, 17,21 e 19 milhões de seguidores no Instagram. Em comparação, as contas de três dos maiores veículos de imprensa do país (Folha, O Globo e Estadão) somadas têm 7,5 milhões.

O Lollapalooza deste ano foi uma amostra dessa mistura entre política e entretenimento após censura do TSE a manifestações no evento. Anitta, Fresno, Lulu Santos e vários outros artistas puxaram coro "Fora, Bolsonaro", que foi replicado pela multidão e também nas redes sociais.

A confluência desse dois campos não vem de agora. Em agosto de 2019, por exemplo, no auge das queimadas na Amazônia, foi o showbiz que ajudou a alastrar, por meio das redes sociais, a repercussão do desastre ambiental.

"A tendência deste ano é que o campo do entretenimento vai ser dominante na política", diz ele. "E isso muda a configuração das candidaturas nas redes".

Lula (PT) estreou em março o portal Lulaverso, que agrega canais de comunicação em diversas plataformas digitais.

O petista também tem se aproximado de influenciadores e artistas. Na terça-feira (29), um encontro com a cantora Ludmilla bombou nas redes. "Se o Lula aparece com a Ludmilla ou Anitta, quais mega contas do Instagram vocês acham que vão repercutir o babado?", diz Malini.

"Diferente de 2018, quando o antipetismo era dominante nas plataformas, 2022 terá a hegemonia política de influenciadores do entretenimento, misturando o que sabem fazer de melhor (vender) com o posicionamento anti- Bolsonaro, o que ajuda mais o Lula".

A rejeição ao presidente, segundo ele, não seria expressa pelas páginas de forma direta ou através de alinhamentos formais a outras campanhas, mas sim por meio de um opinionismo político mais "ardiloso", em que "se fala de uma coisa sem citar a coisa, ou quem está falando".

A prática pode ser observada, diz Malini, quando os perfis passam a tematizar, mesmo de maneira jocosa, assuntos como aumento do preço de alimentos e **inflação**. "Nitidamente aqueles perfis começam a se alinhar a uma candidatura antibolsonarista", afirma.

O interesse seria atrair dinâmicas de polarização para as caixas de comentários, aumentando o volume de interações do público. "Por um lado você tem a dimensão política, mas por outro há a dinâmica da monetização acontecendo", conta.

A concentração dessa tendência no Instagram, aliás, se justificaria pela forma como a plataforma da Meta reúne, com mais força, o universo das celebridades. É lá onde os influenciadores e as páginas possuem uma platéia sólida, que atrai o mercado publicitário.

"Ainda que o Youtube tenha agora os "shorts" [vídeos curtos], é no Instagram onde estão os Stories, os Reels, que geram muita visualização e aumentam ainda mais a platéia desses influenciadores", afirma ele.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49870&anchor=6453385&pd=4e5209d2c8ce9c871353515c76ed6a4d>

O desemprego como legado (Editorial)

Desemprego acima de 10% poderá estender-se até 2024, segundo economistas do setor financeiro, e todo candidato a presidente deveria levar a sério essa previsão.

Se esse prognóstico se confirmar, metade do novo mandato será vivida num cenário ainda sombrio, com negócios emperrados e muitos milhões de brasileiros ainda atolados na pobreza.

Ninguém deveria chegar ao Palácio do Planalto, em janeiro do próximo ano, sem um plano para vencer a estagnação econômica, reindustrializar o País, ampliar o emprego e, é claro, arrumar as contas federais e controlar a dívida pública. Mesmo com desocupação pouco abaixo de dois dígitos, o quadro ainda será muito ruim - certamente pior do que na maior parte das grandes economias.

Ainda há muita gente sem renda, apesar de alguma melhora no mercado de trabalho desde o ano passado, comentou o economista Maurício Nakahodo, do Banco MUFJ Brasil, citado pelo Estadão. Num cenário mais favorável, mais trabalhadores poderão entrar no mercado, ou simplesmente retornar, e a oferta de vagas poderá ser insuficiente para acomodar essa demanda.

O economista Rodolfo Margato, da XP Investimentos, estima desemprego de 11% no fim deste ano e de 10,4% no encerramento do próximo.

Pelos últimos dados oficiais, os desocupados eram 12 milhões no trimestre dezembro- fevereiro - uma parcela correspondente a 11,2% da força de trabalho.

A lenta melhora do emprego, as condições atuais da atividade e as projeções de avanço da economia dão credibilidade aos prognósticos pouco otimistas em relação ao mercado de trabalho.

O setor industrial continua muito fraco, numa trajetória com muitos tropeços.

Em fevereiro, a indústria produziu 0,7% mais que no mês anterior. Esse aumento ficou longe de compensar o tombo de janeiro, quando o volume produzido diminuiu 2,2%. Em 12 meses houve expansão de 2,8%, um ganho insuficiente para afetar de forma significativa a trajetória mais longa.

A produção acumulada no ano foi 5,8% menor que a do primeiro bimestre de 2021. Além disso, o

desempenho registrado em fevereiro foi 2,6% inferior ao de dois anos antes, isto é, do mês anterior ao primeiro grande impacto da pandemia. Mas o quadro mais amplo é bem mais feio. A média do trimestre até fevereiro ficou 18,9% abaixo do pico histórico registrado em maio de 2011. Houve oscilações, naturalmente, nos anos seguintes, mas a tendência geral foi de enfraquecimento da indústria.

Em todo esse período houve alto desemprego, geralmente acima de 7% da força de trabalho. Tomem-se, por exemplo, os números do trimestre móvel de dezembro a fevereiro. Entre 2013 e 2022, a taxa foi superior a 10% em sete anos. O último levantamento mostrou uma desocupação de 11,2%, com 12 milhões de pessoas em busca de vagas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Não há, por enquanto, sinais de grande mudança neste ano e no próximo.

Divulgadas há poucos dias, as novas projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam crescimento de 1,1% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022 e de 1,7% em 2023.

A expansão será sustentada pela agropecuária e pelos serviços. A produção industrial deve encolher 0,8% neste ano e crescer 0,8% no próximo. Do lado da demanda, o relatório destaca a expansão de 1,1% do consumo familiar, neste ano, favorecido pelo Auxílio Brasil e por alguma melhora do emprego e do crédito. Mas é difícil imaginar condições de crédito muito mais favoráveis, quando se preveem juros básicos de 12,75% a partir de maio.

Em outro estudo, também divulgado em março, o Ipea estima para 2022 um crescimento do emprego menos acentuado que o do último ano, por causa de "um desempenho mais moderado da atividade econômica".

Enfim, a **inflação** poderá ser menor que a de 2021, mas deverá superar 6,5%, segundo projeção do mercado. A alta de preços continuará, portanto, erodindo o poder de compra das famílias, e também esse detalhe é importante para qualquer visão prospectiva - dos cidadãos, dos empresários e, naturalmente, dos candidatos à Presidência.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O perigoso otimismo dos mercados financeiros (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez

Em artigo anterior, chamei a atenção para três fatores atenuantes dos efeitos da guerra da Ucrânia sobre a nossa economia: o saldo positivo na balança comercial de petróleo e derivados, a possível melhora dos termos de troca (relação entre os preços das exportações e das importações) e a migração de parte da demanda externa de papéis russos para brasileiros.

Mas eu falava em atenuantes, não no otimismo que vem se observando no mercado financeiro.

Poucos esperavam que em apenas duas semanas o real se valorizasse cerca de 7%, o índice Bovespa subisse 5% e os juros no mercado futuro caíssem tão expressivamente como caíram.

Os mercados financeiros internacionais também parecem indiferentes aos riscos econômicos da guerra, principalmente quando se leva em conta que o conflito tem sido muito violento e tende a durar mais do que se esperava.

Carmen Reinhart, economista- chefe do Banco Mundial e estudiosa de crises financeiras, alerta que "o contágio às vezes funciona de maneiras misteriosas". Embora o sistema financeiro até agora tenha sofrido apenas pequenos abalos em vez do que ela chama de "contágio rápido e furioso", Reinhart continua preocupada com os efeitos em cascata desse conflito.

Na medida em que Vladimir Putin radicaliza suas ações bélicas e o Ocidente aumenta as sanções, o risco de default da dívida externa soberana da Rússia cresce. Estima-se que a exposição total dos bancos estrangeiros a esses papéis chegue a cerca de US\$ 120 bilhões.

Não é o suficiente para desencadear uma crise financeira sistêmica, porém, está longe de ser desprezível.

Mas os problemas econômicos dessa guerra parecem mais graves no lado real da economia do que no financeiro.

Além dos óbvios impactos sobre o mercado de petróleo, é importante lembrar que, em números aproximados, Rússia e Ucrânia juntas respondem por

30% das exportações mundiais de trigo, 25% de paládio, metal importante para as indústrias eletromecânicas, químicas e farmacêuticas, e 20% de fertilizantes, além de serem importantes supridores mundiais de milho, níquel e platina.

Além disso, há que considerar que essa guerra ocorre quando o mundo ainda enfrenta problemas com as cadeias de produção, com **inflação** e juros crescentes e com a covid teimosamente em ação em vários países, principalmente na China.

Já o Brasil, apesar das atenuantes anteriormente destacadas, ainda é muito vulnerável a choques externos negativos.

Descontando o zigue-zague provocado pela pandemia, a economia brasileira saiu da recessão para a estagnação, a **inflação** e os juros ainda estão crescendo, não foram feitas as necessárias reformas estruturais e as regras fiscais estão sendo seguidamente desrespeitadas para atender a interesses eleitoreiros. E a julgar pelas pesquisas, dificilmente haverá correção de rumo após as eleições.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

81% dos desempregados há mais de 2 anos são das classes D e E



RENÉE PEREIRA

O último registro de emprego em carteira de Carolina Cristina dos Santos, de 30 anos, foi há quatro anos como promotora de vendas. De lá para cá, ela tem sobrevivido de bicos. No começo, depois de muitas negativas das empresas na busca por uma recolocação, ela passou a fazer trabalhos em eventos.

Pegava o que aparecia.

Mas aí veio a pandemia, os trabalhos desapareceram e ela teve de correr atrás de outra alternativa para colocar comida dentro de casa e sustentar a filha de 11 anos.

Hoje, a renda de Carolina, que continua procurando emprego, vem de um bico que conseguiu na montagem de lanternas para motos - trabalho que faz de casa, normalmente das 8 horas até meia noite. Para cada milheiro de peças, ela ganha R\$ 80. No mês, quando tudo corre bem, acaba tirando cerca de R\$ 1,5 mil.

Desse valor, R\$ 700 vão para o aluguel da casa em que mora com a filha. "O problema é que essa renda é instável. Hoje você trabalha, mas amanhã pode não ter nada. Então, fica muito difícil", diz Carolina. Segundo ela, às vezes, o que ganha mal dá para pagar as contas do dia a dia. E, nessas horas, tem de recorrer à ajuda da mãe.

A dificuldade de Carolina é igual a de outros milhares de brasileiros que estão desempregados.

No Brasil, são mais de 3,7 milhões de pessoas sem emprego há mais de dois anos, o que representa 26% dos desocupados (em 2015, era 17%), segundo um levantamento feito pela Tendências Consultoria Integrada. Esse cenário é ainda mais perverso nas classes D e E, que respondem por 81% desse grupo de pessoas que estão há mais de 48 meses sem trabalho formal.

"A participação dos mais pobres no desemprego de longo prazo é superior à participação desses próprios domicílios na pirâmide social (65,7% conforme a PNAD)", diz o economista Lucas Assis, responsável pelo levantamento. Os desempregados de longo prazo das classes D e E crescem bem acima das demais classes, elevando ainda mais a desigualdade no País. Entre 2015 e 2021, o número de pessoas sem emprego há mais de dois anos nas classes D e E avançou 173%; na classes C, 86%; na B, 53%; e na A, caiu 37%.

CAPITAL HUMANO. Na avaliação de Assis, o prejuízo desse quadro é enorme e representa uma perda de capital humano importante para o País. "Ficar tanto tempo desempregado significa desaprender tarefas, ficar desatualizado em relação às novas práticas e ter dificuldade em ser tão produtivo quanto antes", diz o economista.

No final das contas, isso representa reduzir o potencial de crescimento da economia no médio e longo prazo.

Pior: esse cenário aos poucos fica quase que irreversível, destaca o diretor do FGV Social, Marcelo Neri. Ao perder a qualificação e ficar mais desatualizado, o trabalhador reduz consideravelmente a chance de se recolocar no mercado comparado a alguém que está há menos tempo desempregado.

"É uma situação preocupante.

Parece que, quem cai no desemprego, fica no desemprego e não sai mais." Segundo ele, a última vez que tivemos um cenário semelhante foi em 1998, com uma sequência de crises, como a da Rússia, asiática e argentina. "Agora, estamos vivendo a mesma situação, com a pandemia e a guerra (na Ucrânia)." A perda de capital humano, segundo especialistas, é algo irreparável para um País, que precisa de mão de obra para retomar o caminho do

crescimento.

O problema é que não há muitos sinais de que isso irá mudar no ritmo necessário para o bem-estar da população.

Segundo o economista VanDyck Silveira, presidente da Trevisan Escola de Negócios, para conseguir absorver todas as pessoas que entram no mercado de trabalho a cada ano seria necessário ter um crescimento anual de 3%.

"Mas, nos últimos 40 anos, a economia brasileira teve um avanço médio de 1,5% ao ano." Ou seja, o Produto Interno Bruto (**PIB**) não avança nem o suficiente para atender aos novos entrantes, quanto mais para recolocar os desempregados.

Na prática, isso significa que o Brasil está mais pobre. Exemplo disso é que, em dólar, o **PIB** per capita do País caiu 47% nos últimos 12 anos, diz Silveira.

"Hoje, vivemos uma situação em que há um contingente enorme de jovens que não trabalham nem estudam e outra classe de trabalhadores que perderam o emprego, não conseguem se recolocar e não são reaproveitados." Marcelo Neri destaca que tudo piorou para os mais pobres.

A **inflação** está mais alta, o que corrói a renda, e o desemprego está elevado e duradouro. Nesse cenário, os juros estão subindo para conter a alta de preços e podem afetar investimentos, atrasando a recuperação mais rápida do mercado de trabalho.

Apesar da melhora verificada nos indicadores de desemprego nos últimos meses, a desigualdade no emprego aumentou.

Segundo Lucas Assis, da Tendências, a qualidade das vagas é pior e o número de subocupados, maior. Esse grupo de trabalhadores são aqueles que têm jornada inferior a 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais tempo e estão disponíveis.

"As condições se deterioraram.

Quem consegue emprego, consegue com remuneração mais baixa comparado ao passado, o que explica a renda na mínima história." Na avaliação dele, é preciso criar uma agenda urgente para a recuperação do emprego, sobretudo entre os mais jovens. "Políticas de treinamento e qualificação serão necessárias para reinserir essas pessoas ao mercado de trabalho."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

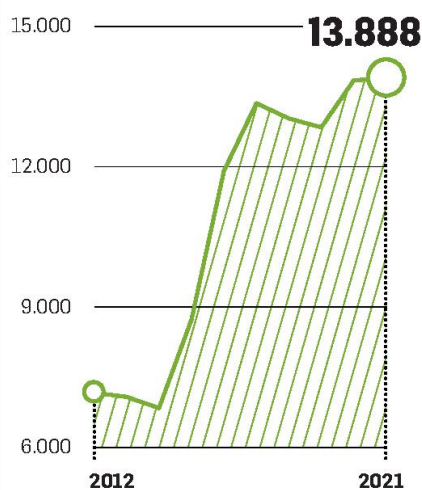
DESIGUALDADE NO TRABALHO

Número de pessoas que estão há mais de dois anos desempregadas aumentou no País, sobretudo nas classes D e E

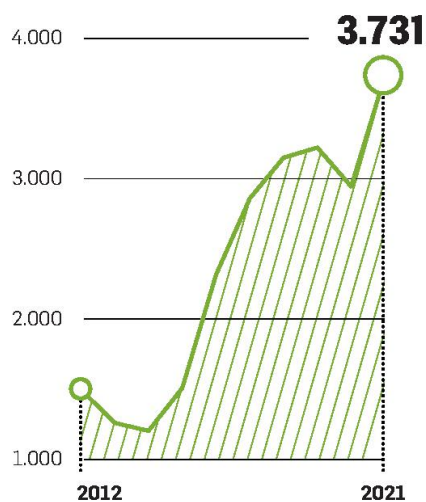
Pessoas desocupadas

EM MILHARES DE PESSOAS

De 14 anos ou mais de idade



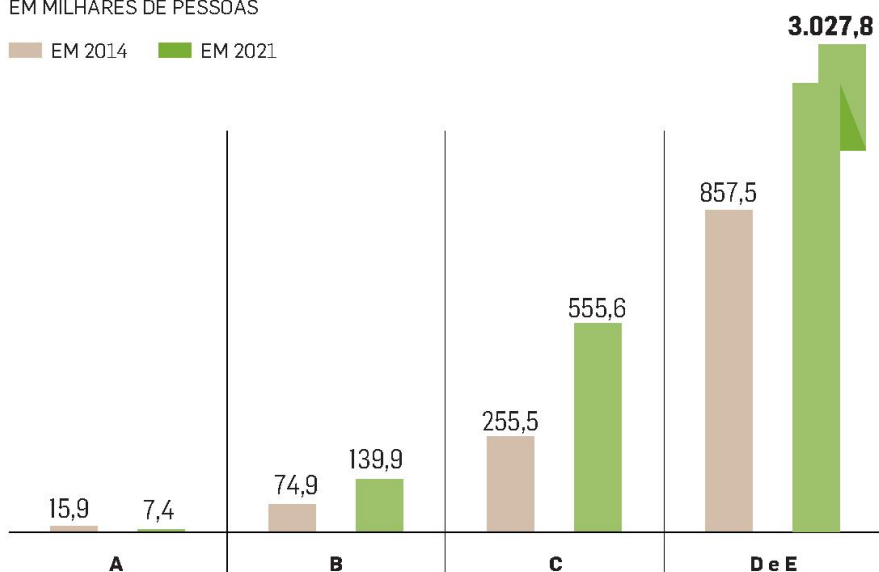
Há mais de dois anos



Por classe social

EM MILHARES DE PESSOAS

EM 2014 (laranja) EM 2021 (verde)



FONTE: TENDÊNCIAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Na contramão da renda fixa, multimercados perdem R\$ 42 bi

JENNE ANDRADE

Os fundos multimercados estão sofrendo resgates em massa em 2022. Somente no primeiro trimestre, a classe encara uma fuga de capital na ordem de R\$ 42 bilhões, de acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

No mês de janeiro, as aplicações registraram uma retirada líquida recorde de R\$ 19 bilhões, o maior saque mensal em pelo menos seis anos. Em fevereiro, R\$ 17,1 bilhões voaram para fora dos multimercados.

O cenário melhorou em março, mas ainda assim pelo menos R\$ 7,1 bilhões escorreram pelas mãos dos gestores até a terça-feira (29), último dado disponível.

A debandada da categoria no trimestre foi a maior dentre as demais classes de fundos. Para efeito de comparação, os fundos de ações perderam R\$ 30 bilhões no período. Na sequência, os de previdência e de ETFs (Exchange Traded Funds, na sigla em inglês) apresentaram retiradas de R\$ 2,8 bilhões e de R\$ 1,6 bilhão, respectivamente.

Na ponta positiva, aparecem os cambiais, com captação de R\$ 1,3 bilhão, e os de renda fixa, com uma forte captação líquida de R\$ 133 bilhões.

Estes últimos, mais conservadores, foram os principais responsáveis por jogar para o campo positivo a captação geral da indústria no trimestre. No total, foram absorvidos R\$ 57,6 bilhões pelo setor.

O trimestre desafiador para os multimercados vem após um período de grande sucesso.

Em 2020, a classe atingiu a maior captação anual em quase duas décadas, de R\$ 103,9 bilhões. O movimento positivo continuou em 2021, quando R\$ 66 bilhões fluíram para os produtos multimercados. Agora, a maré foi bruscamente interrompida.

A inversão de cenário segue as mudanças abruptas na direção da taxa de juros nos últimos dois anos. Em 5 de fevereiro de 2020, a Selic estava em 4,5%. Com a chegada da pandemia e a desaceleração da economia, o Banco Central foi cortando a taxa até chegar aos 2% em 6 de agosto daquele ano, a mínima

histórica.

Na época, a renda fixa perdia para a **inflação**. "O brasileiro tem um perfil razoavelmente conservador, mas quando se chega em um limite em que a renda fixa perde para a **inflação**, significa que na prática você está perdendo dinheiro. E por mais conservador que você seja, ninguém quer ter certeza que vai perder dinheiro", afirma Filipe Ferreira, diretor do Comdinheiro.

Hoje, os juros já estão em 11,75%. A trajetória em "V" da Selic influenciou novamente o comportamento do investidor.

Desta vez, há uma "volta" para a renda fixa.

Aquiles Mosca, responsável por comercial, marketing digital no BNP Paribas Asset Management, vê também o aumento da aversão a risco, fazendo com que os investidores se refugiem na renda fixa. A guerra entre Rússia e Ucrânia, por exemplo, espalhou incertezas pelos mercados. "Incertezas ainda que menores, mas associadas à pandemia, também aumentam a aversão a risco. O aumento das taxas de juros nos EUA também causa uma aversão e fuga para ativos conservadores.

Além disso, a apreciação do real frente ao dólar também impulsiona resgates de fundos de investimento no exterior, atrelados à moeda estrangeira", explica.

RETORNO. Fora os juros altos, que impulsionam a migração para a renda fixa, a rentabilidade das aplicações relacionadas ao risco também assusta os investidores.

Eliminando as aplicações específicas (fundos mono-ações, setoriais, indexados ou de FGTS), todos os tipos de fundos de ações apresentam queda em 12 meses (de fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022).

Na mediana, essas aplicações caem no período 5,52%. A única sub-classe de fundos de ações que está positiva é a de estratégia relacionada a dividendos, que faz alocações em empresas consolidadas, menos expostas a solavancos da economia. Por outro lado, os fundos multimercados estão com um retorno médio de 7% em 12 meses,

apesar de amargarem a maior fuga de capital.

Entretanto, migrar o capital de uma classe para outra nem sempre é a atitude recomendada.

"O que muitas vezes acontece é que, pelo desempenho do mercado de risco nos últimos meses recentes, o investidor fica com medo e saca os seus recursos, isso é um excelente caminho para você ter uma péssima carteira de investimentos", afirma Ferreira.

O investidor que sempre saca dinheiro do produto que performa mal acaba realizando prejuízos, que poderiam ser revertidos no longo prazo, caso o capital fosse mantido.

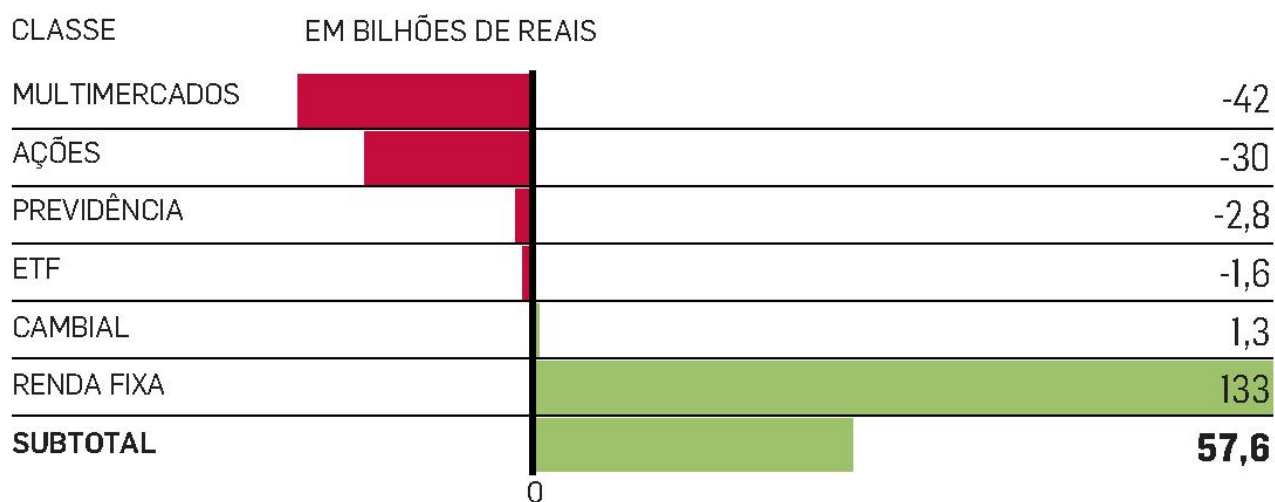
O momento de sair de um fundo seria quando a perspectiva para o produto está ruim, não pela aplicação ter ido mal nos meses anteriores. "Se o investidor entende que o mercado de ações não irá performar bem para compensar o risco, quando comparado ao de renda fixa, aí é momento de fazer essa troca de posições. Agora, se esse saque acontece porque nos últimos tempos fundos de ações e multimercados estão indo mal, ele estará sempre migrando para o pior investimento", diz o especialista.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

MULTIMERCADOS REGISTRAM MAIS SAQUES

Juros altos levaram investidores para a renda fixa no primeiro trimestre

Captação líquida em 2022*

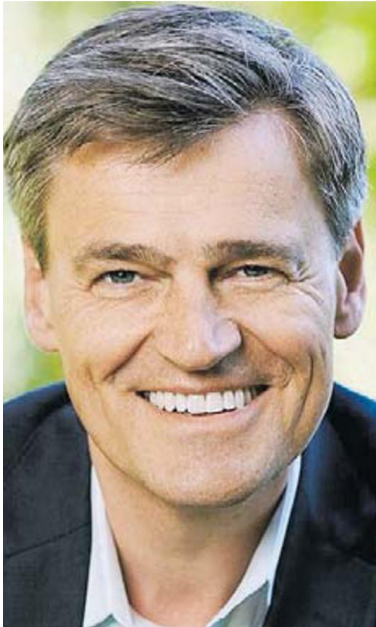


*DADOS ATÉ 29 DE MARÇO (ÚLTIMO DADO DISPONÍVEL)

FONTE: ANBIMA / **INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

"Clima pode ser obstáculo para o PIB"

BRIDGEWATER ASSOCIATES



VALÉRIA BRETAS

Não é de hoje que as maiores gestoras do mundo têm alertado sobre como a transição para uma economia de baixo carbono pode afetar as carteiras de investimento.

Na prática, as emissões de carbono agravam os impactos físicos no ambiente e as condições de risco se tornam mais desafiadoras para serem precificadas pelo mercado. Ou seja, se a transição climática acontecer de forma mais ou menos acelerada, por exemplo, os portfólios podem ser afetados ainda no curto prazo.

Para o Bridgewater, maior fundo de hedge do mundo, com um patrimônio aproximado de US\$ 150 bilhões e gerido por Ray Dalio, esse movimento exige que o preço do carbono entre no radar e seja monitorado.

A consequência de ficar para trás pode representar problemas para a estabilidade financeira.

"Existe o risco de uma pressão inflacionária. A precificação do carbono tem o potencial de aumentar os preços da energia e, por sua vez, os preços de bens e serviços em toda a economia", diz Carsten Stendevad, co-chefe de investimentos sustentáveis da Bridgewater Associates.

Os investimentos sustentáveis somam mais de US\$ 4 trilhões em ativos no mundo.

Qual a sua avaliação sobre o investidor que ainda não percebeu a potência entre o capitalismo e a sustentabilidade?

Os investidores devem pelo menos tentar entender como as questões sociais e ambientais afetam o desempenho financeiro de suas carteiras. Os objetivos e ações dos diversos agentes econômicos são muito impulsionados por aspectos ambientais e sociais. Mesmo que você não se importe com essas questões, o mundo ao seu redor se importa cada vez mais. E, como o que os demais fazem afetará sua carteira, todos precisam estar atentos.

Alocar capital nesses ativos garante resultados sustentáveis?

A influência de fatores sociais e ambientais nos retornos financeiros não leva necessariamente a uma maior alocação de capital em direção a resultados sustentáveis. Acredito que os investidores podem contribuir de modo significativo para solucionar problemas sociais e ambientais quando escolhem priorizar o impacto de seu capital, além de seus objetivos financeiros. Mas isso é difícil e requer novos dados, ferramentas, capacidades analíticas e estratégias. Essa é a jornada na qual nós e muitos investidores estamos.

Qual o impacto das mudanças climáticas nas principais economias do mundo?

Há impactos físicos e de transição. Se fizermos pouco para a transição à economia de zero carbono, a maior consequência provavelmente serão as mudanças físicas. As estimativas de especialistas quanto ao impacto econômico variam muito, mas (as mudanças climáticas) podem ser um obstáculo importante para o **PIB** ao longo deste século.

Qual é o maior risco que o investidor deve monitorar neste momento?

Um risco para o qual chamaríamos a atenção é o de uma pressão inflacionária. A precificação do carbono, por exemplo, tem potencial de aumentar os preços da energia e, por sua vez, os preços de bens e serviços. Acreditamos que, para muitos investidores globais, ativos de proteção à **inflação** são uma medida para reduzir um possível risco.

Com quais cenários a Bridgewater trabalha

atualmente?

Boa parte da pesquisa que fizemos é sobre os pontos a seguir: avanço da tecnologia verde aumenta a produtividade e estimula investimentos consideráveis do setor privado; gastos do governo em infraestrutura verde, isso reduz o custo da energia renovável, acelerando a transição; é provável que o aumento dos gastos diretos do governo exerça pressão para cima do crescimento e da **inflação**; precificação do carbono, aumenta o custo da emissão de gases de efeito estufa. Isso é, por natureza, inflacionário - pois o mecanismo pelo qual opera está aumentando os custos das atividades atuais para desencorajá-la; por fim, a restrição de oferta, que força as instituições a reduzirem o consumo de combustíveis fósseis. A escassez de energia provavelmente desacelerará o crescimento econômico (já que algumas atividades não são substituídas por alternativas mais sustentáveis).

Quais as iniciativas da Bridgewater a favor do clima e economia de baixo carbono?

Vemos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU como modelo global de sustentabilidade e estamos criando carteiras de acordo com essas diretrizes.

É tarefa desafiadora.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação, no Brasil e no mundo, é o efeito imediato

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Greve no BC traz risco de "apagão de dados"

Larissa Garcia De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182

Pressões devem levar IPCA a 7,2% este ano, prevê Braz

Alessandra Saraiva Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187182